BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores em mil reais)

TÍTULOS E SUBTÍTULOS	ATIVO	NOTA	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A I	LONGO PRAZO		1.169	1.120
Disponibilidades		5	50	720
Títulos e Valores Mobiliários		6	847	-
Outros Créditos		7	224	392
Outros Valores e Bens		8	48	8
PERMANENTE			147	219
Imobilizado de Uso		9	147	182
Diferido		10	-	37
TOTAL DO ATIVO			1.316	1.339
TÍTULOS E SUBTÍTULOS	PASSIVO	NOTA	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LON	ICO DD 470		420	461
	GU PRAZU		438	461
Outras Obrigações Sociais e Estatutárias		11	438 33	461 33
Fiscais e Previdenciárias		11	325	371
Diversas			80	57
				0-0
PATRIMONIO LIQUIDO			<u>878</u>	878
Capital Social		12	863	863
Reserva de Lucros			15	15
TOTAL DO PASSIVO			1.316	1.339

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

2º semestre de 2016 e 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores em mil reais)

TÍTULOS E SUBTÍTULOS	NOTA	2° SEM/2016	31/12/2016	31/12/2015
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		<u>34</u>	<u>52</u>	<u>31</u>
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		34	52	31
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIR	RA	<u>34</u>	<u>52</u>	<u>31</u>
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		<u>520</u>	<u>687</u>	<u>1127</u>
Receitas de Prestação de Serviços	13	1690	3110	3076
Despesas de Pessoal		(608)	(1.143)	(559)
Despesas Tributárias	14	(2)	(3)	(2)
Outras Despesas Administrativas	15	(497)	(990)	(1.198)
Outras Receitas Operacionais	16	167	199	275
Outras Despesas Operacionais	17	(230)	(486)	(465)
RESULTADO OPERACIONAL		<u>554</u>	<u>739</u>	<u>1158</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(55)	(56)	(25)
RES.ANTES DA TRIB.S/LUCRO E PARTICIPAÇÕES		499	683	1133
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(138)	(179)	(187)
IMPOSTO DE RENDA		(145)	(184)	(313)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO		-	(320)	(633)
LUCRO (PREJUIZO) LIQUIDO		216	-	-
QUANTIDADE DE QUOTAS DO CAPITAL SOCIAL		862.795	862.795	862.795
LUCRO (PREJUIZO) POR LOTE DE MIL QUOTAS		250.35	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO

2° semestre de 2016 e 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores em mil reais)

EVENTOS	Capital Realizado		Reservas de Lucros	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais R\$ Mil
SALDOS NO INICIO DO PERIODO EM 01/07/2016	863	-	15	10	888
DIVIDENDOS INTERMEDIARIOS	-	-	-	(193)	(193)
AUMENTO DE CAPITAL	-	-	-	-	-
LUCRO LIQUIDO (PREJUIZO) DO PERIODO	-	-	-	216	216
DESTINAÇÕES: - RESERVAS	-	-	-	-	-
- DIVIDENDOS	-	-	-	(33)	(33)
SALDOS NO FIM DO PERIODO EM 31/12/2016	863	-	15	-	878
MUTAÇÕES DO PERIODO	-	-	-	(10)	(10)

EVENTOS	Capital Realizado		Reservas de Lucros	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais R\$ Mil
SALDOS NO INICIO DO PERIODO EM 01/01/2016	863	-	15	_	878
DIVIDENDOS INTERMEDIARIOS	-	-	-	(287)	(287)
AUMENTO DE CAPITAL	-	-	-	-	-
LUCRO LIQUIDO (PREJUIZO) DO PERIODO	-	-	-	320	320
DESTINAÇÕES: - RESERVAS	-	-	-	-	-
- DIVIDENDOS	-	-	-	(33)	(33)
SALDOS NO FIM DO PERIODO EM 31/12/2016	863	-	15	-	878
MUTAÇÕES DO PERIODO	-	-	-	-	-

EVENTOS	Capital Realizado		Reservas de Lucros	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais R\$ Mil
SALDOS NO INICIO DO PERIODO EM 01/01/2015	863	-	15	-	878
DIVIDENDOS INTERMEDIARIOS	-	-	-	(600)	(600)
AUMENTO DE CAPITAL	-	-	-	-	-
LUCRO LIQUIDO (PREJUIZO) DO PERIODO	-	-	-	633	633
DESTINAÇÕES: - RESERVAS	-	-	-	-	-
- DIVIDENDOS	-	-	-	(33)	(33)
SALDOS NO FIM DO PERIODO EM 31/12/2015	863	-	15	-	878
MUTAÇÕES DO PERIODO	-	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PATRIMONII Contabilidade Ltda.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

2º semestre de 2016 e 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores em mil reais)

TÍTULOS E SUBTÍTULOS	2° SEM/2016	31/12/2016	31/12/2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido do Semestre / Exercício	215	320	633
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas ativid	lades operacionais:		
Depreciação e Amortização	27	81	110
Variações no Ativo e Passivo			
(Aumento) / Redução em títulos e valores mobiliarios	(847)	(847)	230
(Aumento) / Redução em outros créditos	89	167	(15)
(Aumento) / Redução em outros valores e bens	(2)	(40)	2
Aumento / (Redução) nos impostos e contribuições a recolher	193	(46)	154
Aumento / (Redução) outras obrigações diversas	4	23	(12)
Caixa Líquido gerado pelas atividades operacionais	(321)	(342)	1102
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENT	TOS		
Pagamento pela aquisição de ativo imobilizado	(8)	(8)	(3)
Recebimento pela venda de imobilizado	-	-	-
Caixa Líquido aplicado nas atividades de investimentos	(8)	(8)	(3)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAME	NTO		
Dividendos Pagos	(240)	(320)	(682)
Caixa Líquido aplicado nas atividades de financiamento	(240)	(320)	(682)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(569)	(670)	417
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do semestre / exercicio	618	720	303
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre / exercicio	49	50	720

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 - Valores em mil reais

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., constituída em 10 de janeiro de 1983, presta serviços de gestão de patrimônio, praticando a administração e distribuição de fundos de investimentos e serviços de agente fiduciário. 25% do seu capital social pertence a holding Simplific Participações Ltda.

A sede da sociedade está localizada na Rua Sete de Setembro, nº 99 – 24º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional — CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições Financeiras — COSIF, bem como os pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis — CPC, aprovadas pelo BACEN, no que não contrariam as disposições do regulador.

A instituição aplicou, quando cabível, os seguintes pronunciamentos do CPC: 00 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro; 01 – Redução ao valor recuperável de ativos; 03 – Demonstração dos fluxos de caixa; 05 – Divulgação de partes relacionadas; 10 – Pagamento baseado em ações; 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; 24 – Evento subseqüente; 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e 33 – Benefícios a Empregados. Foram divulgadas pelo CPC outras normas contábeis e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, decorrentes do processo de convergência com as normas internacionais que ainda não forma aprovadas pelo BACEN/CMN.

A publicação das demonstrações contábeis está efetuada de acordo com determinação do Banco Central do Brasil:

- a) A comparabilidade: O balanço patrimonial posição de 31 de dezembro de 2016 comparada com a posição de 31 de dezembro de 2015.
- b) Apresentação das demonstrações do resultado e das mutações do patrimônio líquido referente ao 2º semestre de 2016 e exercício de 2016 comparado com o exercício de 2015.
- c) Apresentação do Fluxo de Caixa, na conformidade da Carta-Circular Bacen nº 3.414, referente ao 2º semestre de 2016 e exercício de 2016 comparado com o exercício de 2015, pelo método indireto.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, tais como: mensuração de perdas estimadas, estimativas do valor justo de certos ativos financeiros, provisões, perdas por redução ao valor recuperável e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

Os administradores da empresa optaram pela contratação de contabilidade terceirizada, a qual se encontra perfeitamente atinada a legislação profissional, e estando assim, regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade no que tange a questão ética e profissional e ainda conforme previsto em cláusulas contratuais. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização pela administração da empresa, respondendo esta, pela veracidade, integralidade e procedência. A responsabilidade profissional do contabilista que referenda estas demonstrações contábeis está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da empresa a este profissional.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 20/02/2017.

DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA

POLÍTICA CONTÁBIL E PRINCIPAIS DIRETRIZES

a) Apuração de resultados

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento;

b) Caixa e equivalentes de caixa

Para composição do saldo de caixa e equivalentes de caixa na Demonstração do Fluxo de Caixa, foi considerado o saldo das disponibilidades, conversível prontamente em caixa sem risco de mudança significante de valor;

c) Títulos de renda variável

Os títulos de renda variável estão registrados pelo custo de aquisição, ajustado ao seu valor de mercado através da constituição de provisão para desvalorização. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os ganhos ou perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado Financeiro" no momento em que ocorrem;

d) Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo valor de custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. A instituição, periodicamente, avalia os seus itens do ativo imobilizado, realizando baixas dos itens obsoletos, danificados ou quando estes não geram mais benefício econômico futuro. Os gastos de manutenção e reparos recorrentes nos bens do ativo imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos;

e) Avaliação do Valor Recuperável

Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por imparidade;

f) Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS

Os impostos correntes são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes. O encargo do IRPJ é calculado à alíquota-base de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais, e a CSLL à alíquota de 15%, ajustada conforme legislação para 20% a partir de setembro de 2015, depois de efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Considera-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal.

As contribuições para o PIS e a COFINS são calculadas às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, sobre a base de cálculo determinada conforme legislação vigente.

4 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis são apresentadas em REAIS (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da empresa. As informações financeiras apresentadas em valores de mil foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA

5 DISPONIBILIDADES

Composição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo em Caixa Saldo em Bancos	2 48	2 718
Total	50	720

6 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os saldos das transações ocorridas com títulos e valores mobiliários estão relacionados abaixo:

Composição	31/12/2016	31/12/2015
Cotas de Fundos de Investimentos	847	-
Total	847	

7 OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a Receber

Composição	31/12/2016	31/12/2015
Serviços Agentes Fiduciário	5	47
Comissão p/Colocação Títulos	-	33
Valores a Receber Diversos	-	0
Subtotal (A)	5	80

b) Diversos

Composição	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamentos e Antecipações Salariais	-	2
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	1	-
Devedores por Depósitos em Garantia	-	14
Impostos e Contribuições a Compensar	203	264
Pagamentos a Ressarcir	15	32
Subtotal (B)	219	312
Total Geral (A + B)	224	392

8 OUTROS VALORES E BENS

Composição	31/12/2016	31/12/2015
Bens Não de Uso Próprio		
Títulos de Capitalização	25	-
Despesas Antecipadas		
Vale Transporte	2	1
Vale Refeição	9	4
Outros	12	3
Total	48	8

DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA

9 IMOBILIZADO

	Taxa Anual Depreciação	31/12/2016	31/12/2015
Custo Aquisição			
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	10%	143	136
Sistema de Comunicação	20%	32	32
Sistema de Processamento de Dados	20%	165	164
Total		340	332
Depreciação Acumulada		(193)	(150)
Saldo		147	182

10 DIFERIDO

Os gastos com benfeitorias foram classificadas no diferido em razão do BACEN não ter adotado os CPC's 04 e 27.

Composição	31/12/2016	31/12/2015	
Gastos de Organização e Expansão (-) Amortização Acumulada	-	161 (124)	
Total	-	37	

11 SOCIAIS E ESTATUTARIAS - DIVIDENDOS

Os administradores da Instituição, representando 100% do capital, em reunião, realizada em 06 de janeiro de 2017, decidiram pela distribuição do lucro acumulado em dezembro de 2016, sendo R\$ 287.180,00 pagos antecipadamente em 2016 e R\$ 32.746,75 provisionados após o encerramento do balanço, que serão pagos em 2017.

12 CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social no valor de R\$ 863 mil, está representado por 862.795 cotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

13 RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Composição	2º Semestre de 2016	31/12/2016	31/12/2015
Comissões de Colocação de Títulos	15	87	741
Serviços de Agente Fiduciário	1.675	3.023	2.335
Total	1.690	3.110	3.076

14 DESPESAS TRIBUTARIAS

Esse grupo é composto do saldo de despesas com tributos estaduais relacionado a taxas de serviços. As demais despesas tributárias, tais como ISS, COFINS e PIS são classificadas no grupo "Outras Despesas Operacionais".

DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA

15 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Composição	ão 2º Semestre de 2016		31/12/2015
Despesas de Água , Energia e Gás	17	33	30
Despesas de Alugueis	60	125	115
Despesas de Comunicações	32	68	106
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	37	70	112
Despesas de Material	2	4	7
Despesas de Processamento de Dados	65	92	168
Despesas de Promoções e Relações Publicas	1	2	5
Despesas de Publicações	5	10	8
Despesas de Seguros	3	6	6
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	19	45	47
Despesas de Serviços de Terceiros	5	9	13
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	187	396	398
Despesas de Transportes	1	2	6
Despesas de Viagem no País	9	13	68
Outras Despesas Administrativas	54	115	109
Total	497	990	1.198

16 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Composição	2º Semestre de 2016	31/12/2016	31/12/2015
Recuperação de Encargos e Despesas	34	35	12
Reversão de Provisões Operacionais	132	163	253
Outras Rendas Operacionais	1	1	10
Total	167	199	275

17 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Composição	2º Semestre de 2016	31/12/2016	31/12/2015
Despesas de Amortização	5	37	64
Despesas de Depreciação	22	43	45
Despesas de Provisões Operacionais	39	91	78
Despesas de Impostos s/Serviços de Qualquer Natureza	84	153	131
Despesas de Contribuição ao Cofins	69	127	125
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	11	20	20
Outras Despesas Operacionais	-	15	2
Total	230	486	465

18 REDUÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

A Simplific Pavarini D.T.V.M. Ltda, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01, procedeu à avaliação de seu ativo fixo comparando-o ao valor de mercado os bens existentes, julgando ter sido suficiente a contabilização da depreciação acumulada.

DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA

19 PROVISÃO, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

O reconhecimento, a mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN 3.823 de 18 de dezembro de 2009.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representadas pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro passivo exigível.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações contábeis, e seus valores, quando julgado necessário, são depositados judicialmente.

A Simplific Pavarini D.T.V.M. Ltda, figura como ré nos processos abaixo descritos:

- a) Processo nº 1998.001.203105-6 43ª Vara Cível Distribuição em 10.12.1998 Medida Cautelar Autora: Petroquímica União S/A. Objeto: Sustação dos efeitos das deliberações da Assembleia de Debenturista de 30.11.98. Prognóstico de Perda: Levando em conta as responsabilidades e deveres legais do Agente Fiduciário, entendemos remota a probabilidade de perdas.
- b) Processo nº 1999.001.009637-2 43ª Vara Cível Distribuição em 08.01.1999 Ação Ordinária Autora: Petroquímica União S/A Objeto: Pretende a Autora a declaração (i) de incidência do redutor da TJLP previsto no artigo 8º da Lei nº 9.365 de 16.12.96, para efeito de cálculo do prêmio previsto na escritura da emissão de debêntures; e (ii) da inexigibilidade do "prêmio" nos anos de 1997 e 1998, e da última parcela do financiamento, enquanto não atingido seu termo final, em 01.12.99; e (iii) a condenação dos réus a pagar à autora o que dela vier a cobrar ou o correspondente ao dobro do valor das custas, caso os réus venham a exigir judicialmente, respectivamente o valor do prêmio e o pagamento da última parcela do financiamento. Prognóstico de Perda: Levando em conta as responsabilidades e deveres legais do Agente Fiduciário, entendemos remota a probabilidade de perdas.

20 PARTES RELACIONADAS

A distribuidora não tem participação em controladas ou coligadas, portanto, os saldos existentes com partes relacionadas referem-se aos administradores.

Abaixo, o quadro de remuneração de administradores, incluindo todos os benefícios (valores expressos em reais).

Pessoal - chave da Administração	Honorários	Benefícios	Dividendos	Totais
Henrique de Queirós Mattoso	12.000	40.432	62.425	114.857
Simplific Participações Ltda	-	-	257.407	257.407
Carlos Alberto Bacha	120.000	3.100	-	123.100
Marcus Venicius Bellinello da Rocha	120.000	3.100	-	123.100
Matheus Gomes Faria	120.000	3.100	-	123.100
Rinaldo Rabello Ferreira	120.000	3.100	-	123.100
Totais	492.000	52.832	319.832	864.664

DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA

21 GERENCIAMENTO DE RISCOS OPERACIONAIS

Em cumprimento da Resolução 3.380 de 29 de junho de 2006, emitida pelo Banco Central do Brasil, a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. implementou a Política de Riscos Operacionais (a "RO") estabelecendo princípios, exigências e responsabilidades para o Gerenciamento de Riscos Operacionais(GRO).

Especificamente, o GRO estabelece as responsabilidades específicas, bem como papéis apropriados de gerenciamento de risco e funções de controle.

A estrutura do Gerenciamento de Riscos Operacionais foi formada por três níveis: Estratégico, Gerencial e Operacional:

O Nível Estratégico é formado pelos Diretores Executivos da Instituição e tem como responsabilidade decidir às diretrizes e objetivos que a gestão de RO deve alcançar, assim como definir o nível de aceitação do risco da instituição.

O Nível Gerencial, a cargo do Administrador Marcus Venicius Bellinello da Rocha, tem a responsabilidade de desenvolver procedimentos e técnicas para os componentes da gestão da RO e garantir que os riscos operacionais locais sejam correta e satisfatoriamente monitorados e controlados.

O Nível Operacional é composto pelos Funcionários e Colaboradores da Instituição, tendo como responsabilidade descrever, monitorar, avaliar e sugerir modificações junto a Comissão de gerenciamento da RO e desenhar estratégias de teste dos controles identificados para mitigação do risco.

A Diretoria

PATRIMONII CONTABILIDADE LTDA. CGC-MF 08.809.210/0001-37 CRC-RJ 4317/O-1 JANAÍNA LINO FERREIRA CONTADORA -CRC-RJ-083.903/O-6





Member of Crowe Horwath International

Av. João Cabral de Mello Neto, 850 - Bl.3 – sala 1302 Condomínio CEO - Barra da Tijuca CEP 22775-057 - Rio de Janeiro - RJ Tel. 55(21)3030-4662 www.crowehorwath.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Administradores da SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

• Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2017.

CROWE HORWATH BENDORAYTES & CIA. Auditores Independentes CRC 2RJ 0081/O-8

GEYSA BENDORAYTES E SILVA Contadora CRC 1RJ 091330/O-5

FLAVIO VIANA Contador CRC 1RJ 112350/O-6